

PD – PARLAMENTO E DIREITO

De Fevereiro/2014 a Agosto/2015

<p>Título: FINANCIAMENTO ELEITORAL PRIVADO Aluno/a: Amanda Galvão Ferreira Tabosa Orientador/a: Roberto Carlos Martins Pontes</p>
<p>Título: O IMPACTO DAS COTAS ELEITORAIS DE GÊNERO NA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS Aluno/a: Ana Cláudia Sousa Oliveira Orientador/a: Ladislene Aparecida de Almeida Marques</p>
<p>Título: INFLUÊNCIA DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS NA REELEIÇÃO PARLAMENTAR: análise da atuação dos deputados federais do Estado de Sergipe na 54ª Legislatura (2011-2015) Aluno/a: Ana Cleia dos Santos Orientador/a: Ana Regina Villar Peres Amaral</p>
<p>Título: INFIDELIDADE PARTIDÁRIA: um estudo das possibilidades de perda de mandato na legislação brasileira Aluno/a: Edna Alves Nogueira Orientador/a: Nivaldo Adão Ferreira Junior</p>
<p>Título: OS (DES) CAMINHOS DA REFORMA POLÍTICA NO PARLAMENTO BRASILEIRO: Estudo de caso da Comissão Especial da Câmara dos Deputados de 2011 Aluno/a: Elias Maximo de Lima Orientador/a: Nivaldo Adão Ferreira Junior</p>
<p>Título: FIDELIDADE PARTIDÁRIA: uma discussão sobre a importância dos Partidos Políticos a partir da Resolução TSE 22.610/07 Aluno/a: Eva Vilma Pereira Marques Orientador/a: Fabio Almeida Lopes</p>
<p>Título: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E OS SISTEMAS ELEITORAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO Aluno/a: Jair Francelino Ferreira Orientador/a: Ricardo Chaves de Rezende Martins</p>

<p>Título: ESTATUTO DO DESARMAMENTO - ESTRATÉGIAS E MARCOS DECISÓRIOS DA TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS</p> <p>Aluno/a: Joanita Nascimento da Silva Neta</p> <p>Orientador/a: João Carlos Medeiros de Aragão</p>
<p>Título: O CONFLITO ENTRE O PODER EXECUTIVO E OS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO EM HONDURAS NO ANO DE 2009</p> <p>Aluno/a: José Everaldo Ramalho</p> <p>Orientador/a: Juliano Machado Pires</p>
<p>Título: A LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: atores, interesses e interações</p> <p>Aluno/a: Juliana França Marinho</p> <p>Orientador/a: Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo</p>
<p>Título: O PODER LEGISLATIVO E A FORMULAÇÃO DA NOVA POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA: estudo de caso da Emenda Constitucional nº 59, de 2009</p> <p>Aluno/a: Leila Camila Pugliesi Pinheiro</p> <p>Orientador/a: Ricardo Chaves de Rezende Martins</p>
<p>Título: O USO DAS EXPRESSÕES “RESERVA DO POSSÍVEL” E “MÍNIMO EXISTENCIAL” NOS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</p> <p>Aluno/a: Marcos Vinicius Ferrari</p> <p>Orientador/a: João Carlos Medeiros de Aragão</p>
<p>Título: O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO</p> <p>Aluno/a: Maria de Fatima Silveira Borges</p> <p>Orientador/a: Romiro Ribeiro</p>
<p>Título: ESTADO JUDICIÁRIO: a legitimidade de o Congresso Nacional controlar decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas no âmbito de sua jurisdição constitucional</p> <p>Aluno/a: Rafael Almeida Rocha Miranda</p> <p>Orientador/a: Roberto Carlos Martins Pontes</p>
<p>Título: ANÁLISE CRÍTICA ÀS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS AO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU</p> <p>Aluno/a: Wilker Lucio Jales</p> <p>Orientador/a: Fidelis Antonio Fantin Junior</p>